



REBENA

Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 8, 2024, p. 130 - 138

<https://reben.emnuvens.com.br/revista/index>

A tecnologia no contexto da Gestão Escolar

Technology in the context of school management

Jacyguara Costa Pinto¹ Ana Zilda Araújo Costa² Claudete de Lima Garcia³
Ivana de Vasconcelos Sepeda⁴ Edgar de Souza Toscano⁵ Janaina Campos Cardoso⁶
Lindalva Pantoja de Queiroz Oliveira⁷ Luciene Pereira Nery⁸
Lindalva Ferreira Mendonça⁹ Regina Celia Oliveira Guimarães¹⁰ Rizete Griffit do Vale¹¹

Submetido: 01/02/2024 Aprovado: 01/03/2024 Publicação: 06/03/2024

RESUMO

O trabalho intitulado "As Principais Influências da Tecnologia no Contexto da Gestão Escolar" aborda o impacto da tecnologia na gestão das avaliações das instituições de ensino. A tecnologia permite a automação de diversas tarefas administrativas, como matrículas, controle de frequência, avaliações, entre outras, economizando tempo e recursos. As escolas podem utilizar ferramentas de comunicação online, como e-mails, aplicativos e plataformas de ensino, para manter contato com os pais, alunos e professores de forma eficiente. Uma tecnologia facilita a coleta de dados sobre o desempenho dos alunos e o funcionamento da escola. Esses dados podem ser analisados para tomar decisões fundamentadas em evidências. Por meio da tecnologia, são fornecidas informações em tempo real que auxiliam os gestores escolares na tomada de decisões informadas. O objetivo geral do artigo é analisar a gestão escolar democrática e de qualidade na educação pública. A pesquisa que embasou o artigo foi de natureza bibliográfica. O trabalho ressalta que, embora a tecnologia traga muitos benefícios para a gestão escolar, é importante usá-la de forma equilibrada, mantendo o foco na qualidade da educação e no desenvolvimento dos alunos. Se conclui que a gestão escolar deve se adaptar às mudanças tecnológicas para atender às demandas educacionais modernas.

Palavras-chave: Gestão; Escola; Avaliação.

ABSTRACT

The work entitled "As Principal Influences of Technology in the Context of School Management" addresses the impact of technology in the management of evaluations of educational institutions. The technology allows the automation of various administrative tasks, such as registration, frequency control, endorsements, among others, saving time and resources. Schools can use online communication tools, such as emails, applications and teaching platforms, to maintain contact with the country, students and teachers efficiently. A technology makes it easier to collect data on student performance and school functioning. These data can be analyzed to make decisions based on evidence. Through technology, information is provided in real time that helps school managers make informed decisions. The general objective of the article is to analyze the democratic and quality school management in public education. To investigate whether the article was embassed or was bibliographical in nature. The work highlights that, since technology has many benefits for school management, it is important to use it in a balanced way, maintaining the focus on the quality of education and the development of students. It was concluded that the school management must adapt to technological changes to meet modern educational demands.

Keywords: Management; School; Evaluation.

¹ Orientador. Doutor em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencia Sociales. jacyguaracosta@gmail.com

² Mestranda em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencia Sociales . azaraujo@hotmail.com

³ Mestranda em Ciências da Educação na Facultad Interamericana de Ciencia Sociales . clauestrela2003@hotmail.com

⁴ Mestranda em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencia Sociales, livanadevsepeda@gmail.com

⁵ Mestrando em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencia Sociales edgartoscano546@gmail.com

⁶ Mestranda em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencia Sociales janainacamposcardoso@gmail.com

⁷ Mestranda em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencia Sociales lindaquiroz98@gmail.com

⁸ Mestranda em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencia Sociales lucienenery74@gmail.com

⁹ Mestranda em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencia Sociales pra.lindalvadejesus@hotmail.com

¹⁰ Mestranda em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencia Sociales rcogui@hotmail.com

¹¹ Mestranda em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencia Sociales rizete.griffith@hotmail.com

1. Introdução

Os sistemas de avaliação do rendimento escolar têm sido uma questão amplamente discutida e estudada nas últimas décadas, especialmente no contexto das políticas educacionais que foram inovadoras a partir da década de 1990. As mudanças ocorridas nas formas de regulação do ensino, em escala global, resultaram em uma série de transformações que afetaram não apenas a qualidade da educação, mas também as políticas de avaliação.

É importante observar que as políticas educacionais se desdobram em diversos âmbitos e têm impacto em diversas áreas, sendo que a escola ajuda no papel fundamental na implementação e interpretação dessas políticas. A gestão educacional, por sua vez, é um componente essencial desse processo, uma vez que seu principal objetivo é melhorar as ações e processos educacionais, promovendo ao aprimoramento da aprendizagem dos alunos e a sua formação.

O estudo é relevante porque a gestão escolar pública no Brasil tem buscado promover uma abordagem democrática e de qualidade. No entanto, é importante considerar que, na prática, ainda persistem elementos de conservadorismo e práticas autoritárias que estão em desacordo com os princípios estabelecidos na legislação educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 3º, incisos VIII e IX, estabelece a importância da gestão democrática do ensino público e a garantia de padrões de qualidade. Esses princípios representam um avanço significativo na promoção de uma educação mais inclusiva, participativa e eficaz (Brasil, 1996). O objetivo geral do artigo é analisar a gestão escolar democrática e de qualidade na educação pública. Em um trabalho de natureza bibliográfica sobre a gestão escolar, o foco principal será revisar a literatura existente sobre o assunto. Nesse sentido, serão usadas bases de dados acadêmicos, bibliotecas universitárias e recursos online para encontrar artigos acadêmicos, livros, capítulos de livros e outros materiais relevantes sobre o tema.

2. Concepções sobre a gestão democrática

Refletir nas ações democráticas dentro das instituições escolares na atualidade se torna um desafio para os gestores, isso acontece porque pessoas que estão cada vez mais individualistas e dessa forma deixam de trabalharem coletivamente. São aspectos de neoliberalistas que estão circundadas nas formas de comunicabilidade social onde intensificam as atuações individualistas devido entenderem que as ações e medidas feitas em agrupamentos tem mais rigidez e se consolidam de forma efetiva.

O âmbito escolar não pode ser visto muito menos considerada um status no seu local onde se encontra e, assim sendo na representação de uma real existência. Dessa forma é necessário cessar esse obstáculo e alicerçar uma escola a para todos e que prevaleça pela justiça e a igualdade social.

Perante esta realidade o âmbito escolar não deve ser mecanismo de abstração e continuação destas ideologias pelo qual motivo ser composta por indivíduos que pensam e que almejam uma sociedade diferenciada para todos. A instituição escolar precisa oportunizar em seu núcleo atuações que viabilizam a cooperação, a colaboração e a responsabilidade dos sujeitos dos que são participantes da mesma, fazendo com que os membros participativos consigam se consolidando e alicerçando, assim um âmbito escolar democrático e cooperativo.

No que concerne o alcance deste propósito é preciso fazer com que as pessoas se abracem e sejam cientes de qual seu real papel junto a sociedade dessa forma, podendo cooperar de maneira relevante no espaço em que se encontram. Portanto, nesta acepção, na qual a gestão democrática compete a sua colaboração significativa, isso devido a mesma ser o que faz a unificação das esferas do ambiente escolar e assim da comunidade escolar em sua totalidade. Podendo dessa maneira, cada sujeito ter sua participação, cooperação em formas de melhorar o sistema de ensino e aprendizagem. “É essencial reestruturar a administração interna da escola para concretizar a noção de gestão democrática” (PINTO et al. 2023, p.244).

Assim, tudo isso acomete a refletir sobre a funcionalidade dos gestores no intimo escolar, sabendo que os mesmos devem ser determinantes de motivação e incentivadores das capacidades educacionais assim fazendo com que mudanças sociais sejam realizadas de forma palpável, sendo assim, iniciada pelas escolas e alcançando a comunidade onde se encontra incorporada.

É sabido que, é necessário perceber e entender as presunções teóricas da gestão democrática escolar onde se inicia os procedimentos de colaboração para serem inseridos os indivíduos nos quais são precisos serem incorporados e, depois, indicar os desafios da escola perante da gestão democrática, assim, seus progressos e regressões fazendo com que realize um processo cooperativo e dinamizado nas instituições escolares.

Na atualidade a Gestão Democrática da escola é um termo muito mencionado, sabendo que são a minoria que consegue atingir a noção de que na realidade é esta conceituação. A definição tem funcionalidade para balizar a compreensão do tema.

A procura gestão democrática na escola requisita da escola e dos envolvidos, responsabilidade e em especial estar divergente à lógica neoliberal na qual transformam os indivíduos em individualistas.

É de suma importância compreender a gestão democrática pois ela compreende em viabilizar a concepção social, onde os indivíduos cheguem a “participar no processo de formulação e avaliação da política de educação e na fiscalização de sua execução”, ressalta Cossio (2006, p. 31).

Ainda na mesma concepção do autor o mesmo acentua que a gestão democrática precisa estar baseada na construção de um ambiente popular, proporcionando situações igualitárias, onde

promova um espaço de trabalho coletivamente harmonioso vencendo o egocentrismo e a educação exclusiva, propiciando a reciprocidade com o todo e, que também a construção do conhecimento contribua para a preparação dos indivíduos para a vida e assim “ habitem os estudantes a terem expectativas de vida digna, de trabalho, de exercício da cidadania”.

Ainda ressalta a explanação de Andrade na qual a administração escolar foi substituída pela gestão escolar, assim apresentando uma transformação profunda de postura, uma inovação, “enfoque de organização, um novo paradigma de encaminhamento das questões escolares, ancorado nos princípios da participação, de autonomia, de autocontrole e de responsabilidade” (2004, p. 11).

Sabido que a gestão escolar não deve desconsiderar a administração, “mas supera as suas limitações de enfoque dicotomizado, simplificado e reduzido, para atender às exigências de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica”, salienta Lück (apud ANDRADE, 2004, p. 11). Nesta acepção, o conceito ressalta para a formação do gestor com fundamento no conceito de liderança educacional, se responsabiliza numa posição na qual todos consigam a possibilidade de aprender e ensinar simultaneamente e dessa forma, comporem-se como indivíduos aprendentes. “A gestão escolar é uma função tão importante quanto desafiadora na escola” (DE SOUSA BARBOSA, 2023, p.87).

De acordo com Paro o conceito de gestão democrática escolar está alavancada na cooperação da comunidade e ainda precisa ser realizada na prática, assim, “a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta” (2002, p. 16). Na realidade é sabido que este procedimento é moroso e contém inúmeros obstáculos para poder serem destruídos e se formar como projeto, pois é necessária perseverança nos indivíduos que se encontram nas instituições escolares, onde os mesmos devem se prontificarem a afrontar os obstáculos e modificar a escola transformando em um ambiente no qual todos façam parte e participem.

Neste ponto de vista percebe-se que a gestão democrática escolar compete a fundamentação legalizada para se compor dentro da escola. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Artigo 206, no inciso VI, salienta que a gestão democrática do ensino público coo um dos princípios que orientarão o ensino do Brasil.

A Lei Diretrizes e Bases, no seu Artigo 14, estabelece “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades”

Segundo Cossio a função do Estado como nação houve uma mudança brusca nesses últimos tempos, e particularmente, relacionado as políticas sociais, originou uma condição “insustentável, gerada pela violência, desemprego, estado de miserabilidade de grande parte da

população, provocando uma desesperança generalizada se os descréditos na classe política do país” (2006, p. 23). Em contrapartida, assim relatado acima, as diretrizes propiciam e apontam que há a possibilidade de ter um ambiente escolar onde os indivíduos possam cooperar de maneira ativa.

Para materializar o que as leis indicam é preciso criar “canais de participação e de aprendizado democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais”, salienta Cossio (2006, p. 32). Sendo assim, as posturas dos indivíduos de uma instituição escolar podem auxiliar de maneira relevante para a concretização da gestão ao passo de espaço de democracia.

De acordo com Paro a democracia tem uma grandeza universalizada e uma prática de cooperação mútua entre os indivíduos e grupos, “é um processo globalizante que, tendencialmente, deve envolver cada indivíduo, na plenitude de sua personalidade” (2002, p. 24). É visível que a real situação das escolas tem uma visão muito distante deste princípio democrático devido as escolas serem mergulhadas no autoritarismo e também de técnicas de dominação “em nada contribuem para o desenvolvimento da autonomia do educando” e, acrescentando, de todos os sujeitos que nela se incorporam.

Na perspectiva de Mello a democracia não se coloca como legado genético, “mas histórica e, como tal, precisa ser vivida e construída por homens e mulheres comprometidos com a reversão das desigualdades, precisa ser constantemente exercida enquanto opção de vida” (2006, p. 42).

Assim, a democracia gradualmente deve ir se enquadrando nas lacunas da sociedade e na escola, por que as duas ainda se encontram entranhadas pelo autoritarismo onde controla e distancia os indivíduos das decisões onde podem colaborar. Visto que, o autoritarismo dificulta que o sujeito efetue sua liberdade e autonomia, o mesmo não pode renunciar por que é um direito adquirido em toda a história no qual fez-se uma grande benfeitoria da população, dado que não se aceitam mais desafronta contra estes sujeitos.

Segundo Barroso (2003, p. 27) a gestão democrática tem responsabilidade de buscar objetivar cinco princípios significantes de maneira a de intensificar a autonomia das escolas, como:

a) legitimidade: é a forma de transferir as capacidades de órgãos de administração central e regional do Estado para órgãos de gestão das escolas, assim, descentralizar, desconcentrar, profissionalismo do professor, ressaltando a ausência dos três tipos de órgãos: de participação da comunidade, de técnicos de gestão e de técnicos pedagógicos;

b) participação: atua na inserção dos indivíduos e de maneira horizontal;

c) liderança: para assegurar o desenvolvimento na aceção da gestão na organização e execução da escola e assim podendo executar as transformações na qual a autonomia requer;

d) qualificação: é a aprendizagem organizacional em parte dos componentes, sendo assim, é a formação dos sujeitos;

e) flexibilidade: admite limiares de retificação nas práticas de gestão e sendo segmento do mesmo conceito de autonomia.

O conceito de gestão educacional está intimamente ligado à avaliação, conforme definido por Lück (2013), que considera a gestão como um processo de monitoramento do trabalho educacional, no qual a avaliação desempenha um papel crucial na geração de informações e no desenvolvimento do trabalho educativo de forma colaborativa. A gestão da educação, segundo Lück (2013, p. 20) é “uma área meio e não um fim em si mesma”.

A partir da segunda metade da década de 1990, o sistema educacional brasileiro passou por uma série de transformações e reformas estruturais, que visavam alinhar o Estado brasileiro às políticas internacionais. Essas reformas educacionais fizeram parte das mudanças estruturais fundamentais em um contexto de redefinição do papel do Estado, que incluía desregulação do mercado, flexibilização e privatização, conforme previsto no plano governamental (Brasil, 1995).

A avaliação em larga escala ganhou uma importância significativa no cenário educacional brasileiro e passou a ocupar um lugar central nas prioridades dos governos em todos os níveis. A fim de melhorar o desempenho dos alunos em testes padronizados, os gestores públicos adotam estratégias de gestão frequentemente influenciadas pelo mercado, devido à pressão por resultados educacionais e pela implementação de metas. Um exemplo disso é a contratação de empresas educacionais privadas pelos governos municipais para a utilização de sistemas de ensino apostilados. Essa ênfase nas avaliações em larga escala foi introduzida por meio de regulamentações e legislações que vinculam os resultados das avaliações ao financiamento da educação e às políticas de remuneração dos professores. Isso levou a uma redução do currículo escolar aos conteúdos testados nas avaliações, submetendo os alunos a práticas repetitivas de testes, classificações e pressões psicológicas devido à transferência de responsabilidade.

Desde a década de 1990, com a influência de modelos internacionais e de regulação estatal nas políticas educacionais, o Brasil desenvolveu uma abordagem de gestão da qualidade educacional baseada em resultados, com critérios de eficiência e eficácia. Isso resultou na avaliação de avaliações em larga escala, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que se tornou central na medição do desempenho cognitivo dos estudantes. Posteriormente, surgiu a Prova Brasil e, mais recentemente, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Além disso, outras avaliações e testes, como a Provinha Brasil e

avaliações estaduais e municipais, foram incorporados à rotina das escolas, especialmente aquelas em parceria com empresas educacionais privadas para o uso de materiais didáticos.

Diante dessas políticas inovadoras no campo educacional, foi necessário recorrer a fundamentos teóricos, conforme propostos por Sander (2007), a fim de compreender o processo de transformação na gestão da qualidade da educação por meio das avaliações padronizadas.

2. 1 A tecnologia nas avaliações

As avaliações surgiram globalmente como parte de uma busca por "equiparação da qualidade", acompanhada da melhoria de metas, algo já adotado em países como Inglaterra e Estados Unidos, e agora também uma perspectiva para o Brasil (Calderano, 2013, p.33). Esse movimento é impulsionado por um discurso pedagógico apoiado por organizações internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE. O Ministério da Educação (MEC, 2014) incentiva os pais ou responsáveis a acompanhar o desempenho das escolas de seus filhos, verificando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da instituição, que é apresentado numa escala de zero a dez. Da mesma forma, os gestores são encorajados a monitorar o trabalho das secretarias municipais e estaduais. Em resumo, esse processo estabelece uma cadeia de cobrança e controle.

O índice é avaliado a cada dois anos, e a meta é que o Brasil alcance uma nota seis até 2022, um valor correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos (MEC, 2014). A criação desse índice foi influenciada pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O PISA é um programa de avaliação internacional realizado a cada três anos em países da comunidade europeia e convidados. Ele é aplicado por meio de amostragem em estudantes de 15 anos e aborda conteúdos relacionados a linguagem, matemática e ciências.

No Brasil, o PISA é coordenado pelo INEP e foi implementado em 2000. A definição da meta de alcançar uma nota seis no IDEB até 2022 está alinhada com os resultados obtidos pelo PISA nos países membros da OCDE. O Inep/MEC distribuiu essa projeção para o Brasil e suas unidades federativas entre 2007 e 2021, ocorrendo um aumento médio de 0,3 pontos a cada edição bianual do IDEB. Esse índice é calculado combinando informações de desempenho em padronizados, como a Prova Brasil ou o Saeb, que são realizados pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4^a e 8^a séries do ensino fundamental e 3^a série do ensino médio), com dados sobre o rendimento escolar (MEC/INEP, 2007).

Depois de mais de duas décadas desde sua implementação, é possível afirmar que as avaliações externas fazem parte integrante da cultura escolar e do cronograma das escolas, embora sejam objetos de controvérsias e críticas variadas. Cária (2012), demonstra como o IDEB tem sido usado como incentivo à terceirização da educação pública para empresas educacionais

privadas e como ferramenta de marketing para promoção de nações entre escolas, municípios e estados, regiões a expansão no setor público. Uma pesquisa conduzida por Cária (2012) evidencia a maneira como grandes conglomerados empresariais são estruturados em torno de sistemas de ensino apostilados ou formatos de material em apostilas, programas de apoio à gestão de escolas públicas, aquisições de editoras, abertura de capital em bolsas de valores e fusões entre empresas de educação, criando verdadeiros monopólios educacionais. Atualmente, esses sistemas apostilados estão cada vez mais atualizando os livros didáticos nas escolas das redes municipais. Mesmo que o Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) distribua livros didáticos gratuitamente para todos os alunos das escolas públicas, eles estão sendo substituídos por sistemas apostilados de empresas privadas, o que consome os limitados recursos públicos destinados à educação básica nos municípios.

3. Considerações Finais

O artigo aborda reflexões e informações críticas relacionadas às avaliações em larga escala, que se tornaram uma parte integrante do campo educacional, especialmente após as reformas educacionais da década de 1990. Essas avaliações impactaram diversos aspectos do ambiente escolar, incluindo a prática docente.

Embora o Ministério da Educação (MEC) defenda que a padronização das avaliações garanta um direito igual ao aprendizado para todos os alunos, a realidade das salas de aula é muito mais complexa. Os alunos possuem uma ampla gama de características, dificuldades e habilidades, que geralmente não são consideradas nas avaliações em larga escala. O estudo alcançou seus objetivos ao questionar a influência das avaliações em larga escala na gestão escolar.

Referências

ANDRADE, Rosamaria Calaes de. **Introdução: Gestão da Escola**. In: ACÚRCIO, Marina Rodrigues Borges (coord.). *A gestão da escola*. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2004.

BARROSO, João. **O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída**. In: BARROSO, João. **O estudo da Escola**. Porto: Porto Editora, 1996.

BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*, 2003.

BARROSO, João. **Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola**. Editora: Instituto de Inovação Educacional, 1995. BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (1996)**. Biblioteca Digital da câmara dos deputados. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. – 16. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BRASIL **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: (Lei9394/96) / 9º. Ed.** – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Avaliação do Plano Nacional de Educação: 2001/2008. Brasília, DF: MEC/Inep, 2010.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba: Ibepex, 2010

BRASIL. IDEB. **Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://www.IDEB.inep.gov.br>>
Acesso em: 28 de out de 2023.

BRASIL. (1995) **Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE)**. Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE). Brasília, DF, 1995.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS (INEP). Educação Básica.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba: Ibepex, 2010

CALDERANO, M. DE A. (2013) **Avaliação da aprendizagem e o processo de formação docente**. Juiz De Fora: Ed. UFJF.

CÁRIA, N. P. A (2012). **parceria de empresas educacionais de iniciativa privada com as redes municipais de educação do Sul de Minas Gerais**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP - Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo – Tese de Doutorado.

DE SOUSA BARBOSA, Marinalva. Desafios da gestão escolar na percepção dos diretores. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 6, p. 85-109, 2023.

LÜCK, HELOÍSA. (2013). **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Série Cadernos de Gestão. Vol. I. 3ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes.

PINTO, Jacyguara Costa et al. Gestão Democrática na Educação Escolar Quilombola. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 7, p. 243-253, 2023.

SANDER, B. (2013). **Administração da educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber Livro.